

Execução Fiscal

Automação e Governança

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão
Estratégica

❖ Execução Fiscal – Acervo total

Justiça Estadual

	2015	2016	2017
Casos Pendentes	26.159.775	26.109.033	26.682.485
Processos Baixados	2.297.952	2.775.628	2.531.796
Processos Novos	2.389.125	2.673.790	3.035.271

Justiça Federal

	2015	2016	2017
Casos Pendentes	3.813.672	4.258.993	4.435.625
Processos Baixados	246.527	216.405	282.647
Processos Novos	457.360	562.708	444.724

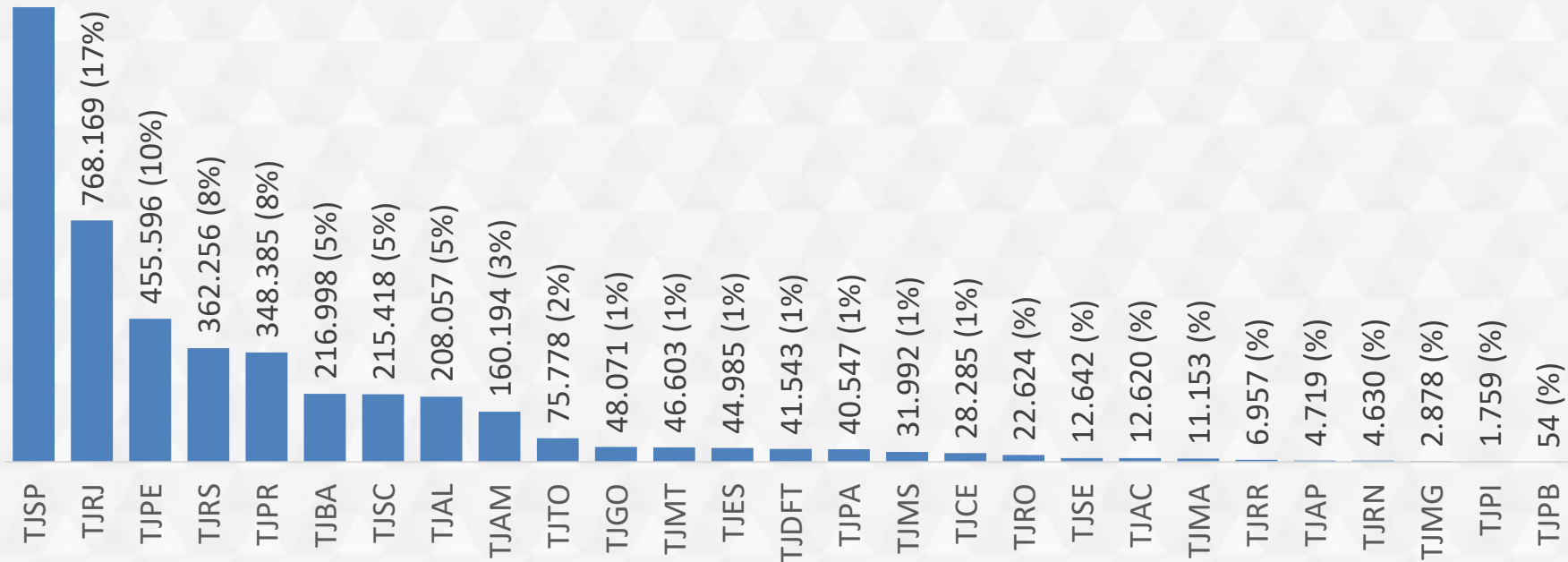
Total

	2015	2016	2017
Casos Pendentes	30.093.838	30.472.931	31.218.927
Processos Baixados	2.581.217	3.005.706	2.829.805
Processos Novos	2.877.662	3.249.194	3.490.417

*Fonte: Relatório Justiça em Números 2018, ano-base 2017

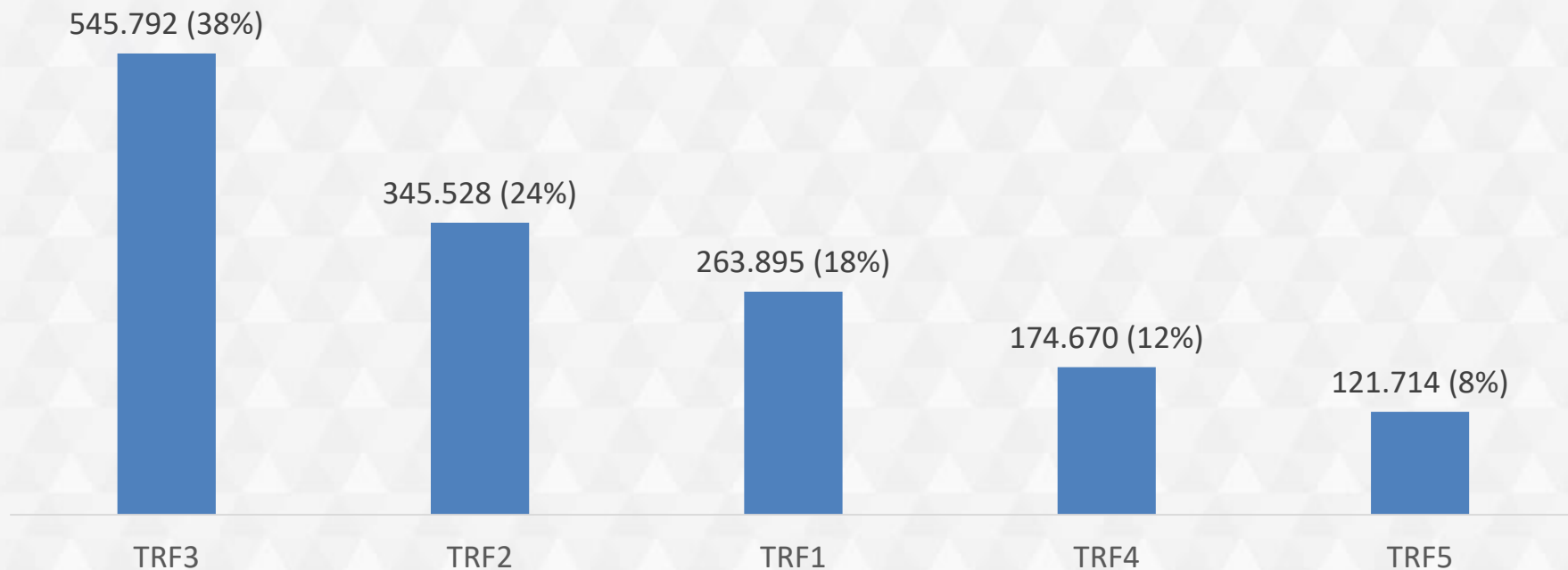
❖ Execução Fiscal – Processos novos por Tribunal de Justiça – a contar de 2017

1.446.179 (31%)



*Dados fornecidos pelo DPJ

❖ Execução Fiscal – Processos novos por Tribunal Regional Federal – a contar de 2017



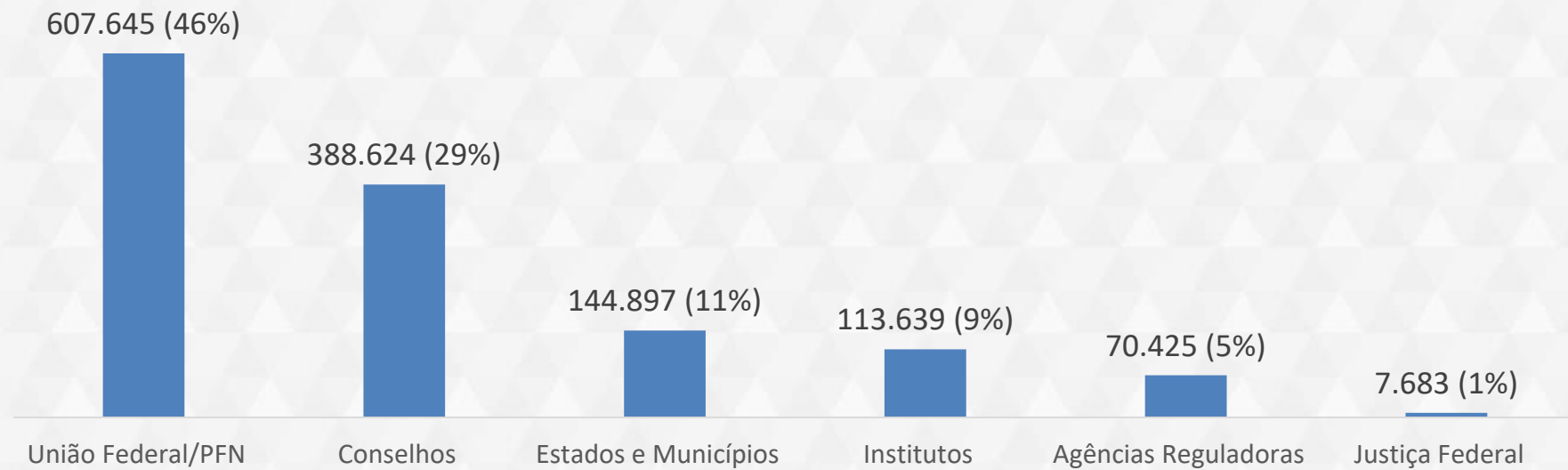
*Dados fornecidos pelo DPJ

❖ Execução Fiscal – Maiores Exequentes da Justiça Estadual – processos novos a contar de 2017



*Dados fornecidos pelo DPJ

❖ Execução Fiscal – Maiores Exequentes da Justiça Federal – processos novos a contar de 2017



*Dados fornecidos pelo DPJ

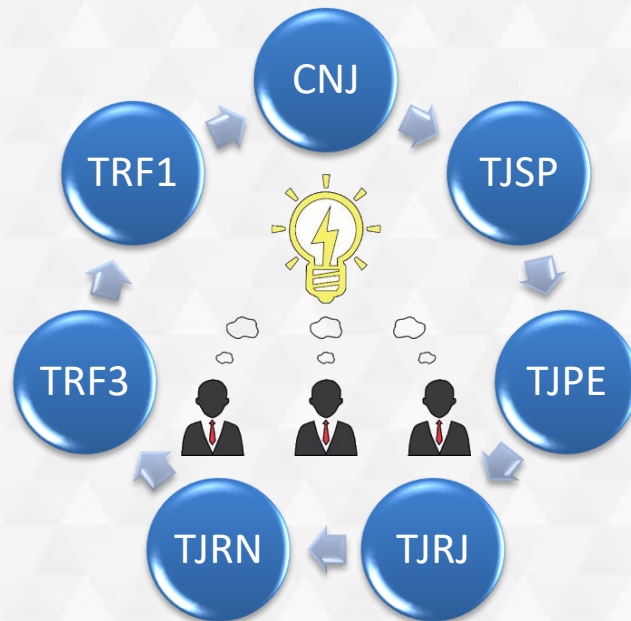
❖ Execução Fiscal

- Contextualização dos Executivos Fiscais
 - Lei de regência da década de 80 (Lei nº 6.830)
 - Descompasso com as inovações tecnológicas
 - Não utilização de métodos autocompositivos de solução de controvérsias
- Justiça em Números
 - De todo o acervo processual do Poder Judiciário, os executivos fiscais correspondem a 39%
 - Dos processos de execução não resolvidos, 74% são execuções fiscais
 - Possui uma taxa de congestionamento de 91,7%
 - Tempo de giro de aproximadamente 11 anos



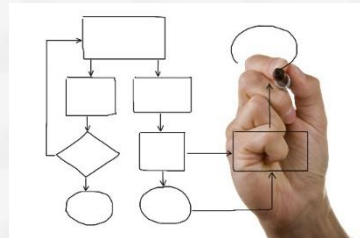
❖ Fase de Diagnóstico

- Reunião Inicial
 - Participação de magistrados titulares de varas de execução fiscal
 - Exame da temática sob enfoque pragmático, resolutivo e tecnológico
 - Relatório preliminar com apontamento de necessidades divididas nos seguintes temas:
 - Medidas de governança
 - Atos de Cooperação
 - Medidas dirigidas aos sistemas de pesquisas patrimoniais e à construção de bens
 - Evolução do Processo Judicial Eletrônico
 - Proposições Normativas



❖ Plano de Ação

- Criação de grupo de trabalho para estudo e proposições:
 - Medidas de governança para gestão dos executivos fiscais
 - Ferramentas para maximização da automação do fluxo de tramitação processual
- Capacitação em mineração de processos
 - Ferramenta de Inteligência Artificial que avalia eventuais gargalos de tramitação
- Implementação da automação no PJe
- Propositura de atos normativos e Termos de Cooperação Técnica



❖ Unidades Executoras



❖ Linha do Tempo

30 e 31 de Janeiro de 2019

- 1ª etapa da fase de diagnóstico



Abril de 2019

- 2ª etapa da fase de diagnóstico: levantamento de dados pelo DPJ
- Elaboração do projeto
- Criação do Grupo de Trabalho



Maio de 2019

- Início da atuação do Grupo de Trabalho
- Capacitação – Mineração de processos para otimização do fluxo processual



Julho 2019

- Implementação das propostas advindas do Grupo de Trabalho
- Início do desenvolvimento das medidas de automação
- Elaboração de Atos Normativos



Novembro de 2019

- Lançamento, no Encontro Nacional do Poder Judiciário de 2019, de versão mais automatizada do Pje para os executivos fiscais



1º semestre de 2020

- Acompanhamento do impacto da inovação na tramitação processual



2º semestre de 2020

- Término do projeto

OBRIGADA!

Juíza Auxiliar **Lívia Cristina Marques Peres**
Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica
Telefone: (61) 2326 – 5262
E-mail: livia.peres@cnj.jus.br